



9

A EXTREMA DIREITA VAI AO TERRORISMO EM MINAS GERAIS

Coordenação: Alberto Carlos Dias Duarte

Redação: Ronald Rocha

Vanuza Nunes Pereira



9.1 Introdução

Este Capítulo tem por finalidade apurar, arrolar e descrever as denúncias sobre os atos terroristas perpetrados por grupos paramilitares de extrema direita em Minas Gerais – especialmente, em Belo Horizonte – de 1964 a 1988, assim como tecer o contexto econômico-social e as circunstâncias políticas em que ocorreram, para depois extrair conclusões e fazer recomendações acerca do assunto.

Integra esse objetivo o quesito de elucidar a ligação direta ou indireta dos referidos atentados com os órgãos estatais criados e direcionados para fins de repressão política durante o regime militar ou com aqueles tradicionalmente dedicados à segurança pública – também usados na caçada a “subversivos” e “comunistas” nas décadas anteriores ao golpe de 1964 –, inclusive os esquemas que sobreviveram posteriormente à promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.¹

Para produzir a pesquisa e apuração dos fatos, conforme a legislação pertinente, a Covemg utilizou as seguintes fontes:

- jornais e revistas da época em que os fatos transcorreram;
- livros, ensaios, artigos, teses acadêmicas e sites eletrônicos por internet;
- relatório e materiais anexos da CPI instaurada pela ALMG em 1980, para averiguar “denúncias de omissão e desinteresse do Governo Estadual na apuração de atos de terrorismo praticados contra pessoas e entidades do Estado de Minas Gerais”;²
- relatório e materiais anexos da CPI instaurada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte em 1995, “com a finalidade de apurar a responsabilidade pelos atentados a bomba que vêm ocorrendo em nossa cidade”;³
- relatório e materiais anexos da CPI instaurada pela ALMG em 1998, para “apurar a destinação dos arquivos do Departamento de Ordem Pública e Social”;⁴
- publicação da ALMG em 2013, lembrando os 15 anos do encerramento da CPI instaurada em 1998 para “apurar a destinação dos arquivos do Departamento de Ordem Pública e Social”;⁵
- notas taquigráficas de audiências públicas na ALMG;
- oitivas na Câmara Municipal de Belo Horizonte e na ALMG, a partir de 1980;



- documentos oficiais do município de Belo Horizonte e do estado de Minas Gerais;
- inventário sobre os dossiês avulsos da série “Movimentos Contestatórios no Brasil”, publicado pelo Arquivo Nacional;
- arquivo pessoal do Betinho Duarte.

9.2 Contexto nacional

Entre 1965 e 1995 aconteceram 54 atentados terroristas em Minas Gerais, especialmente em Belo Horizonte. Considerando-se a prerrogativa legal da Covemg, foram 38, entre 1965 e 1987 – número maior que em qualquer outra cidade do Brasil. Seu traço comum é a intenção de atingir pessoas físicas, entidades da sociedade civil, partidos e órgãos públicos relacionados – indireta ou diretamente, real ou presumivelmente – com as movimentações da resistência democrática. Após a consumação, em 1988, da transição conservadora ao regime republicano constitucional, nas novas e ainda débeis condições político-institucionais do País, os ataques procuraram intimidar os participantes das lutas populares ou estabelecer acordos de contas internos aos órgãos de segurança.

O regime implantado pelo golpe de 1964 e depois a sua herança – conhecida como entulho autoritário – são o contexto que lhes deu origem, alimentou e acobertou os atentados terroristas. A periodização histórica do processo de surgimento, amadurecimento, apogeu, decadência e fim do ciclo militar se revela fundamental para a compreensão acerca das circunstâncias que determinaram e definiram os motivos, as características, as consequências e as responsabilidades dos crimes terroristas, inclusive sobre a situação específica dos governos e da segurança pública nas conjunturas das ocorrências, bem como as atitudes das autoridades oficiais.

João Goulart, nas vésperas do golpe, alertara:

Chegou-se a proclamar, até, que esta concentração seria um ato atentatório ao regime democrático, como se no Brasil a reação ainda fosse a dona da democracia e a proprietária das praças e das ruas. Desgraçada a democracia se tiver que ser defendida por tais democratas. Democracia para esses democratas não é o regime da liberdade de reunião para o povo: o que eles querem é uma democracia de povo emudecido, amordaçado nos seus anseios e sufocado nas suas reivindicações.⁶



Poucos dias depois, os segmentos mais retrógrados da classe dominante suprimiram a república democrático-constitucional, em que seus representantes partidários geriam diretamente o poder público, e cederam às Forças Armadas o papel de mediador institucional de fato. Feito o ajuste de contas com os desafetos políticos e a militância popular antecedente, o regime militar manteve um arranjo casuístico de formalidades legais, subordinadas ao propósito repressivo difuso e ajustadas para enfrentar o nível reduzido de oposição que até enfrentara.

9.3 Periodização do ciclo militar

Em uma primeira fase – enquanto o Estado se concentrava em torno do Alto Comando das Forças Armadas, os órgãos públicos se fundiam às corporações e as demandas trabalhistas eram reprimidas – completou-se o ciclo conjuntural da crise econômica, recuou a recessão, elevaram-se as taxas de lucro e retornou o crescimento, gerando nos governantes uma sensação de estabilidade. Assim, o auge da resistência democrática, em 1968, os pegou de surpresa. Nessas condições, com a iniciativa finalmente inclinada em direção à “linha dura”, a reação oficial optou por decretar o AI-5, outorgar a “Constituição de 1969”, refazer as instituições ditatoriais e reorganizar a estrutura coercitiva para exercer o terrorismo de Estado no combate à contestação popular.⁷

O regime ditatorial-militar ingressou em sua segunda fase.⁸ A adequação do aparelho repressivo foi antecipada por grupos paramilitares de extrema direita organizados na sociedade civil e mantenedores de relações promíscuas no interior de órgãos públicos, com destaque para o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). De julho a dezembro de 1968, houve a invasão do espetáculo “Roda Viva”, no Teatro Ruth Escobar e o incêndio na Faculdade de Filosofia da USP – provocando a famosa “Batalha da Rua Maria Antônia” –, ambos em São Paulo, assim como o atentado a bomba no Teatro Opinião, no Rio de Janeiro. Sintomaticamente, o terrorismo da reação extraoficial se retraiu quando a barbárie institucional entrou em cena.

Os Destacamentos de Operações de Informações/Centros de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi), iniciados de fato no II Exército em junho de 1969 sob o nome de “Operação Bandeirantes” e oficialmente legalizados em todo o País pela Diretriz Presidencial de Segurança Interna, expedida em setembro de 1970,⁹ passaram a ser a espinha dorsal de um aparato calcado em métodos fascistas. Estava criada, institucionalmente, a estrutura basilar e legal do terrorismo de Estado¹⁰ que, apesar de certas concorrências com os antigos DOPS, bem como entre as unidades repressivas das Forças Armadas, acabou centralizando a espiral de



prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos aos milhares de opositores, bem como estimulando e até articulando as atividades da ultradireita civil.

Todavia, o chamado “milagre brasileiro”, apresentado como processo legitimador da violação aos direitos fundamentais, exauriu-se muito cedo – em torno de 1972 –, exatamente quando, na esfera mundial, a expansão do pós-guerra se estertorrava e a reprodução do capital iniciava sua trajetória depressiva. A terceira fase do regime militar começou em meados dos anos 1970, em estreita ligação com a decadência do *boom* capitalista internacional e suas particularidades na sociedade brasileira: o impasse econômico foi coadjuvado, socialmente, pelas peculiaridades de um País onde as “gorduras” do *Welfare State* já tinham sido cortadas pela “austeridade” imposta ao mundo do trabalho e onde o empresariado era instado a apertar o cinto até então deixado bem frouxo pela política antipopular.

As primeiras tentativas do regime militar de conceber-se e gerir a transição “lenta, gradual e segura” – durante o governo Geisel – representam o marco inaugural da adequação controlada. Alguns setores do regime perceberam que a estabilidade política de sua ordem estava ameaçada e se impunha um novo passo, pois o terrorismo aberto de Estado contra a resistência democrática, apesar da brutalidade ilimitada, começava a exaurir-se como método pela perda crescente de respaldo político. Já não era possível manter a face dura que o governo Médici incorporara e assumira explicitamente. Os sucessivos presidentes militares, caso permanecessem inertes, caminhariam para a derrota total. O descontentamento em ampliação na sociedade seria incontornável pela via da pura e simples repressão.

Não tardou que as frações na sociedade a favor do regime e das cúpulas militares percebessem que a manutenção a ferro e fogo do regime em crise – com o exclusivo incremento e prolongamento do terrorismo de Estado – geraria a perda progressiva de eficiência na forma de dominação, precipitaria o descontrole da situação institucional e criaria premissas para uma ruptura por baixo, com resultados imprevisíveis. Nesse quadro, setores influentes na sociedade brasileira passaram a considerar seriamente o trânsito à normalidade constitucional, ao mesmo tempo em que se viam constrangidos pela luta política dos “de baixo”, que então reacendia com entusiasmo, força, amplitude e tendência ao crescimento.¹¹

O projeto de abertura gerava certa inconformidade entre algumas facções da hierarquia militar e da extrema direita civil, mas passava paulatinamente a representar os interesses da fração superior do capital, articulada em torno dos grupos monopolista-financeiros, e a responder às pressões da sociedade com propostas mediadas. Ganhava corpo e espaço político o plano sobre a transição controlada pelos quartéis,¹² sobrepondo-se à alternativa democrático-progressis-



ta, que pretendia ultrapassar o ciclo de 1964 por meio de um ato fundante: a interrupção do regime, a sua derrota completa e a supressão de seu legado.

Assim, predominou uma passagem restritiva e sem pronunciamento popular. Na ausência de uma ruptura por baixo, de caráter radicalmente democrático, assistiu-se a uma dissipação processual, lenta e incompleta do velho regime, que durou um período demasiadamente prolongado e provocou sérias deformidades, até hoje remanescentes. Foi nesse clima político que se conformou e se completou a “solução” conservadora e conciliadora, tendo como consequências a manutenção das prerrogativas militares, a sua tutela sobre a vida política nacional e a decisão de que não deveria haver reformas sociais, nem democratização profunda, nem punição aos crimes perpetrados por agentes do Estado.¹³

Para que semelhante desfecho se tornasse viável, foi preciso, anteriormente, eliminar a esquerda remanescente ou no mínimo enfraquecê-la por meio da repressão física, mesmo depois de cessarem suas contestações armadas – por exemplo, a Guerrilha do Araguaia já se desmobilizara no fim de 1974. Só tal propósito pode explicar as chacinas ocorridas ao apagar das luzes ditatoriais: em 1975 e 1976, os assassinatos de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho, assim como as execuções de Pedro Pomar, Ângelo Arroio e João Batista Drumond no assalto à reunião do Comitê Central do PCdoB.¹⁴

Dois anos depois os atos institucionais foram revogados, mas não sem antes baixar-se o “Pacote de Abril”. Em 1979, ainda mantendo o velho regime, o governo Figueiredo decretou uma anistia a meio pano, com a intenção de assegurar a impunidade dos criminosos que torturaram e mataram opositores: uma autoanistia.¹⁵ Ao mesmo tempo, cuidou de reprimir as lutas populares em ascensão, inclusive o surto grevista cujo epicentro se localizou no ABC paulista. Em 1984, acossado pelo movimento das Diretas-Já, que unificara todos os setores democráticos, tratou de brechar a Proposta de Emenda Constitucional nº 5 – conhecida como Dante de Oliveira¹⁶ – no Congresso castrado, amedrontado e vigiado,¹⁷ para assegurar uma transição que passasse pelo Colégio Eleitoral e assim ocorresse com o menor risco possível.

9.4 Situação política em Minas Gerais

A Constituinte de 1988 marcou o fim do ciclo militar, mas a transição foi endógena e embutida, nem sequer faltando atentados, como no caso do Riocentro. A passagem por cima plasmou o novo período democrático-constitucional em condições históricas, limites sociais e ambientes políticos singulares: mantiveram-



-se as instituições e os métodos repressivos do passado recente, a impunidade quanto a crimes cometidos pelo Estado, uma atrofia das liberdades democráticas, o estilo de gestão administrativa elitista, a concepção tradicional de fazer política e, sobretudo, os privilégios que estiveram na origem do golpe militar.¹⁸ Os atos terroristas ocorridos em Minas Gerais expressaram esse contexto e suas sobrevivências.

Depois do sabor oposicionista na vitória de Israel Pinheiro em 1965, os autores do golpe de 1964 resolveram eliminar as dissonâncias nas esferas estatais em escala nacional e estadual, provocadas por contradições nos resquícios da antiga sociedade política, bem com quaisquer brechas por onde poderiam penetrar as insatisfações populares. Para tanto, editaram o Ato Institucional nº 3,¹⁹ que substituiu, em todo o País, o sufrágio direto para governador e para prefeitos das capitais estaduais pela escolha indireta: Rondon Pacheco, Aureliano Chaves e Francelino Pereira, todos da Arena, partido pró-regime, foram indicados para chefe do poder executivo mineiro em 1971, 1975 e 1979.²⁰

A partir de então, a crise institucional em marcha abriria caminho para o retorno ao voto popular no âmbito estadual. Tal mudança, ainda que de pequeno alcance, foi favorecida pelo esgarçamento do autocratismo central e pelo clima de mobilização democrática massiva. Assim, em 1982, Tancredo Neves foi eleito no pleito direto. Depois da campanha pelas Diretas-Já, foram escolhidos para o Palácio da Liberdade, Newton Cardoso em 1986, Hélio Garcia em 1990 e Eduardo Azeredo em 1994, todos de Partidos cuja origem estava, de uma forma ou de outra, relacionada à oposição ao regime militar.

A sucessão na prefeitura de Belo Horizonte, que voltou a ser feita por meio do sufrágio direto a partir de 1985, como nas capitais de todo o País, não causavam maiores preocupações às autoridades centrais, pois o executivo municipal ainda continuava uma instância administrativamente subordinada aos governos estaduais, que por sua vez também se viam com reduzida margem de competências. A escolha de Patrus Ananias em 1992, porém, quando os municípios já estavam transformados em entes federativos pelos deputados constituintes, culminou a presença institucional dos segmentos democráticos e progressistas, com reflexos na disputa de hegemonia. Indubitavelmente, o espaço político da ultradireita se reduziu em Minas Gerais.

Os atentados se inserem nesse processo, expressando múltiplas relações políticas, caldeando vetores nacionais, estaduais e municipais. Na primeira fase do regime militar de 1964, quando acabaram de surgir ou começaram a se organizar



os grupos paramilitares de extrema direita, até 1968, houve um ato terrorista, perfazendo média anual de 0,25. Na segunda fase, de 1969 a 1976, quando o terrorismo de Estado estava em plena vigência e atuação, nenhum. Logo, os atentados foram, até então, rarefeitos. Depois, apresentaram uma forte concentração, que merece menção mais detalhada.

De 1978 a 1980, nos primeiros anos da terceira e derradeira fase do regime militar – o processo de transição –, aconteceram 33 eventos, com a média anual subindo a 11. Há uma notável coincidência de sua concentração com a ascensão dos movimentos democrático-populares em Belo Horizonte, com destaque para o ressurgimento da ação sindical, a ampliação dos movimentos sociais na periferia, a luta pela anistia, o fortalecimento da mídia oposicionista, a denúncia sobre os crimes perpetrados pelo regime militar, o retorno dos exilados e a reorganização de Partidos à esquerda, bem como o recuo do terrorismo de Estado, conforme ilustra o quadro a seguir:

Atentados terroristas da extrema direita em Minas Gerais

Período	Número absoluto	Porcentagem	Média anual
1964-1968	1	2,63 %	0,25
1969-1977	0	0 %	0
1978-1980	33	86,84 %	11
1981-1988	4	10,52 %	0,5
Total	38	100 %	63,15

Fonte: Arquivo Covemg

Em recente publicação, a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva cita um episódio que ilustra a conjuntura:

Em 1978, o Jornal da imprensa alternativa Em Tempo foi o primeiro e único a publicar na íntegra a lista dos 233 torturadores. [...] O Jornal sofreu, em represália, na mesma semana que divulgou os nomes dos torturadores, dois atentados. Um na sucursal de Curitiba [...]. O outro atentado ocorreu em Belo Horizonte, quando colocaram ácido nas máquinas de escrever.²¹

O jornalista Antônio Luiz Bernardes, com base nos trabalhos da CPI instalada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) em 1980, para averiguar “denúncias de omissão e desinteresse do Governo Estadual na apuração de atos de terrorismo praticados contra pessoas e entidades do Estado de Minas



Gerais”; aponta a motivação e o alvo da sequência terrorista que abalou e indignou a capital mineira no ocaso do regime militar: “Ela atinge instituições e pessoas que lutam por liberdades, por melhoria das condições de vida do povo; têm o objetivo maior de criar o clima propício para avançar mais com a repressão.”²²

De qualquer forma, a curva das ocorrências, se bem correlacionada com as diversas conjunturas nacionais e locais, dissolve a hipótese de flutuação aleatória. Os eventos adquirem, então, claro sentido reacionário e reforçam a análise sobre as principais motivações delituosas, especialmente em relação aos atos explicitamente direcionados contra a resistência democrática e as lutas populares, que emergiram no clima de indefinições, isolamentos, quebras de autoridade e conspirações, enquanto a transição prosseguia e a ordem institucional se ajustava com dificuldades e conflitos.

9.5 Relação dos atos terroristas

A extrema direita executou 38 atentados em Minas Gerais de 1965 a 1987:

- atentado no Instituto de Educação, em 17/11/1965;
- 1º atentado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 28/03/1978;
- 2º atentado na UFMG, em 28/03/1978;
- 3º atentado na UFMG, 28/03/1978;
- 1º atentado ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, em 30/04/1979;
- 4º atentado na UFMG, em 07/04/1978;
- 5º atentado na UFMG, em 07/04/1978;
- 6º atentado na UFMG, em 14/04/1978;
- atentado no Colégio Santo Antônio, em 18/04/1978;
- atentado ao Diretório Central dos Estudantes, em 18/04/1978;
- 1º atentado a Helena Greco, em 19/04/1978;
- 2º atentado a Helena Greco, em 10/07/1978;
- 1º atentado ao Jornal Em Tempo, em 28/07/1978;
- 2º atentado ao Jornal Em Tempo, em 18/08/1978;



- 7º atentado na UFMG, em 1º/09/1978;
- atentado ao Jornal De Fato, em 02/09/1978;
- atentado no Colégio Santo Agostinho, em 11/09/1978;
- atentado na Igreja São Francisco das Chagas, 13/09/1978;
- atentado ao Jornal dos Bairros, em 1º/05/1979;
- atentado à Fundação Centro de Estudos do Trabalho, em 1º/05/1979;
- atentado ao Centro Cultural Operário, em 1º/05/1979;
- atentado ao Grupo de Estudos e Trabalho de Educação em Comunidades, em 1º/05/1979;
- atentado à Pastoral Operária, em 1º/05/1979;
- 3º atentado ao Jornal Em Tempo, em 08/07/1979;
- atentado a Geraldo Magela de Almeida, em 13/09/1979;
- atentado à União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais, em 27/11/1979;
- atentado ao Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, em 08/12/1979;
- atentado à Igreja São José, em maio de 1980;
- 1ª leva de ameaças a bancas de jornal, em 26/06/1980;
- atentado a João Paulo Pires Vasconcelos e outros dirigentes sindicais, em 26/06/1980;
- 2º atentado ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, em 27/06/1980;
- 2º atentado no Instituto de Educação, em 1980;
- 2ª leva de ameaças a bancas de jornal, em 28/06/1980;
- atentado a banca de jornal, em 16/07/1980;
- 2º atentado a João Paulo Pires Vasconcelos, em 27/07/1980;
- atentado na ALMG, em 1º/07/1983;
- 1º atentado a Célio de Castro, em 22/06/1984;
- 2º atentado a Célio de Castro, em 14/04/1987.

Além desses atos físicos de terrorismo e outros ainda a serem apurados, foram realizadas centenas de ameaças mediante cartas, telefonemas e abordagens diretas a pessoas tidas como opositoras ou de alguma forma consideradas incômodas ao regime militar.



9.6 Atentados caso a caso

Atentado no instituto de educação

No dia 17/11/1965 foram lançados recipientes com ácido nítrico concentrado no auditório do Instituto de Educação, situado na Rua Pernambuco, Centro, Belo Horizonte, quando se realizava o espetáculo teatral “Show Medicina”. Os danos materiais não puderam ser quantificados. Todavia, houve ferimentos nos seguintes presentes:

- Maria Terezinha Barros Vieira, estudante da 4ª série ginasial do Colégio Sacré-Coeur de Marie, então com 16 anos, teve o rosto, o braço direito e a mão esquerda corroídos por ampolas de ácido bromídrico, além de grave lesão no pulmão;
- Cláudio Azevedo, estudante de Medicina então com 26 anos, teve o braço esquerdo queimado;
- Waldemar Cândido, soldado da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), sofreu ferimentos nas mãos ao socorrer Maria Terezinha Barros Vieira;
- Adão Ubiratan da Costa Pereira, estudante e ator na peça “O Corvo”, que satirizava a figura de Carlos Lacerda, então governador do estado da Guanabara, sofreu uma tentativa de sequestro e foi espancado;

O suspeito como principal autor do atentado é Jacob Lopes de Castro Máximo, conforme as seguintes testemunhas:

- César Vieira, irmão de Maria Terezinha Barros Vieira e um dos coordenadores do “Show Medicina”;
- Dr. José Guerra Lage, que sentiu o cheiro da substância química atirada na plateia cerca de cinco minutos antes do lançamento;
- Dra. Maria Tófani Gontijo, médica do Centro de Saúde Carlos Chagas;
- Heloísa Martins Vieira;
- Paulo César Barros Vieira;

São as seguintes as fontes que apresentam elementos capazes de esclarecer os fatos:



- notas taquigráficas de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da ALMG;²³
- Dossiê “Show Medicina” 1965, contendo 31 páginas ou em forma de CD;²⁴
- cópias dos jornais da época pesquisados na hemeroteca histórica da Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais, nos dias 23 e 24/09/2014 por Betinho Duarte;
- conversas diretas de Betinho Duarte com Maria Terezinha Barros Vieira, Cesar Vieira e Bia Nazaré;
- correspondência eletrônica de César Vieira a Betinho Duarte em 28/09/2014.

Informações adicionais:

O Show Medicina passou a ser alvo da repressão por fazer críticas ao regime militar. José Geraldo Dângelo, professor da Faculdade de Medicina da UFMG, diretor, ator e dramaturgo, fez o seguinte depoimento:

Abriu-se um inquérito, que foi acompanhado pela imprensa até com certa disposição de pôr as coisas às claras, mas ele foi rapidamente arquivado. Ninguém soube de nada, nem se fez tanto esforço assim. Porém nós, da Faculdade de Medicina, pelo contrário, não deixamos de acompanhar todo o andamento do inquérito, sentimos o que estava acontecendo: na verdade, o DOPS estava querendo é incriminar radicais de esquerda, como se houvesse alguém da esquerda dentro da própria Faculdade de Medicina [...] achando que o Show Medicina não era radical o bastante em suas críticas. [...] Era uma coisa absurda, sem o menor sentido. Apesar de a imprensa ter levantado alguns nomes como suspeitos de terem jogado essas ampolas, isso nunca ficou provado. Na verdade, não ficou provado porque o inquérito foi arquivado quase que imediatamente depois. Não houve interesse em realmente descobrir. [...] Isso foi na hora do *blackout*. Evidentemente já sabíamos que teria de ser gente que estava ligada ao Comando de Caça aos Comunistas – CCC – ou ao Movimento Anticomunista – MAC. Sabíamos que tinha de ser, mas era complicado saber exatamente. [...] O Show Medicina foi ficando cada vez mais crítico do regime militar, particularmente depois de 1968, depois do AI-5. Como consequência, a censura cortou o Show Medicina. Ele foi interrompido até praticamente 1976.²⁵

Cesar Vieira testemunha detalhadamente os fatos, conforme a seguinte correspondência:



Aqui vão as informações a respeito deste assunto que obtive dos meus irmãos Paulo Cesar de Barros Vieira e Maria Terezinha Vieira Araújo: [...] O colégio em que estudava a Terezinha era o *Sacré Coeur de Marie*. [...] Minha então namorada Heloisa Martins Vieira também estava no show junto da Terezinha e do Cláudio. [...] O Paulo estava sentado atrás deles, junto com algumas nossas primas e uma amiga. [...] Dona Eunice Vieira Martins (mãe da Heloisa) e nossa tia Wilma Barros Andrade também estavam na plateia. [...] Terezinha, Paulo e a amiga, ao chegarem ao teatro e não encontrarem lugar junto dos demais do grupo resolveram procurar assento no 2º andar.

Prossegue Cesar Vieira:

[...] Lá, tiveram oportunidade de ver Jacó Máximo, Paulo Guimarães, Antônio Caram e outros sentados à esquerda do mezanino, bem na direção dos lugares em que estavam os nossos, no 1º andar. Esse fato provocou uma observação jocosa entre Paulo e Terezinha, de que a extrema direita estava de plantão na extrema esquerda do auditório. Não se imaginava, no entanto, que o propósito da presença daquelas pessoas ali estava longe de ser o lazer. [...] Antes ainda do início do show, Terezinha, Paulo e a amiga receberam um chamado de que podiam descer, pois haviam vagado alguns assentos perto do nosso grupo. [...] O show teve início e, logo após uma das primeiras cenas, a luz se apagava por um instante.

Continua narrando Cesar Vieira:

Nesse momento, Terezinha sentiu algo quebrando em seu rosto e o líquido se espalhando. Muita dor e dificuldade extrema de respiração: era uma ampola de ácido bromídrico. [...] Imediatamente o Paulo levou a Terezinha ao banheiro do auditório para lavar o seu rosto e tentar aliviar o seu mal-estar. [...] Ao saírem do banheiro para o saguão do auditório, viram o Jacob descendo rapidamente a escadaria do lado esquerdo. Assim que viu Terezinha toda queimada, ele exclamou apavorado: “foi em você!?” [...] Eu, que havia saído dos bastidores para ver o motivo do tumulto que estava acontecendo, também presenciei esta cena. [...] Auxiliada por nós e várias outras pessoas, Terezinha tomou um carro de onde descia uma passageira e foi levada para o Pronto Socorro Amélia Lins. [...] Paulo foi para lá no carro da família, em que também entrou o Jacob. Antes de entrar no HPS, porém, disse que ia para casa por estar sentindo muita bambeza nas pernas. [...] Depois do atendimento de emergência no HPS, a Terezinha foi levada para o Hospital Felício Rocho, onde ficou internada por algum tempo para tratar as queimaduras do rosto, do braço direito, da mão esquerda e a mais séria, a do pulmão.



Cesar Vieira conclui:

Ainda no hospital, ela foi visitada por alguns de nossos tios militares do Rio de Janeiro, que encontraram o delegado David Hazam fazendo perguntas a Terezinha. [...] Um dos tios, também juiz de Direito, ficou impressionado com a demora na abertura de um inquérito sobre o atentado. [...] Papai teve enfarte em julho, estando ainda convalescente à época do ácido. [...] O atentado causou ferimentos graves a Terezinha, que nos primeiros anos seguintes foi submetida a quatro cirurgias oftalmológicas: duas feitas por Dr. Hilton Rocha e duas por Dr. Humberto Martins Vieira. [...] Ficaram sequelas permanentes, sobretudo no olho esquerdo e pulmões. Até hoje Terezinha recebe tratamento regular nessas áreas mais afetadas, conforme podem atestar seus médicos tanto em BH quanto em *St. Louis* e Filadélfia. [...] Há dias, a Terezinha recebeu nos Estados Unidos uma chamada do Betinho, a qual não pôde responder devidamente porque estava dirigindo. [...] Mas ela tem interesse em abrir um processo para esclarecer os fatos a respeito deste atentado, para o que está disposta a dialogar e colaborar com a Comissão da Verdade de Minas Gerais. [...] Para isto ela me autorizou a passar a você seu *e-mail* (ao qual estou copiando esta mensagem) e o seu telefone local [...] que a chama nos EUA. [...] O Paulo, que é advogado, também está disposto a cooperar com a Comissão, pelo que me autorizou a lhe passar seu *e-mail* (igualmente destinatário deste *e-mail*) e seu celular [...] Ele também está interessado e disposto a me acompanhar na reunião da Comissão da próxima terça-feira, caso eu venha a ser convidado para a mesma. [...] Finalmente, ambos me disseram que o dossiê sobre este episódio, preparado pelo nosso irmão Duval, já foi entregue ao Mário Lúcio Quintão, outro membro da Comissão.²⁶

Atentado na UFMG

No dia 28/03/1978, explodiu uma bomba na sede do Diretório Acadêmico da Escola de Medicina, localizada no *Campus* Saúde da UFMG, Av. Professor Alfredo Balena, 190, Santa Efigênia, Belo Horizonte. Não se constataram ferimentos em pessoas. Não foi possível se calcularem os danos materiais. A fonte usada na pesquisa é o “Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte”, produzido pela CPI da ALMG.²⁷

Segundo atentado na UFMG

No dia 28/03/1979, uma bomba explodiu na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, situada na Rua Carangola, 288, Santo Antônio, Belo Horizonte. Não se constataram ferimentos em pessoas. Não foi possível se calcularem os danos materiais. A fonte usada na pesquisa é o “Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte”.²⁸



Terceiro atentado na UFMG

No dia 28/03/1978, explodiu uma bomba na Faculdade de Direito da UFMG, localizado no *Campus* Centro, Av. João Pinheiro, Belo Horizonte. Não se constataram ferimentos em pessoas. Não foi possível se calcularem os danos materiais. A fonte usada na pesquisa é o “Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte.”²⁹

Atentado ao sindicato dos jornalistas profissionais de Minas Gerais

No dia 30/04/1979, a sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais foi invadida e depredada. Houve a destruição de vários documentos importantes, a danificação do piso de mármore e a deterioração de uma porta de jacarandá com sete centímetros de espessura. Não se constataram ferimentos em pessoas. A fonte usada na pesquisa é o Relatório da CPI instalada pela ALMG.³⁰

Washington Tadeu de Melo, jornalista, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado, relatou que:

No dia do atentado, a Casa dos Jornalistas (Sindicato dos Jornalistas) que tem uma área nos fundos arrendada para um restaurante que tem acesso pela Rua Espírito Santo, dez minutos antes de explodir a bomba, segundo depoimento de pessoas do restaurante, houve um telefonema, por volta de 1h15, com uma voz masculina insistindo pelo telefone que o garçom olhasse se havia alguém na Casa dos Jornalistas, alegando que precisava falar com qualquer pessoa de lá urgentemente. Como a distância é muito grande entre o restaurante e a Casa, o garçom viu que estava tudo escuro e disse que não havia ninguém. A pessoa insistiu que o garçom fosse lá verificar. O garçom foi, olhou e constatou que não tinha ninguém. Dez minutos depois, explodiu a bomba. [...]”³¹

Quarto atentado na UFMG

No dia 07/04/1978, foi implantada uma bomba, contendo três dinamites, no Diretório Acadêmico da Escola de Medicina, situado no *Campus* Saúde da UFMG, Av. Professor Alfredo Balena, 190, Santa Efigênia, Belo Horizonte. Não houve feridos e nem danos materiais. A fonte da pesquisa é o “Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte.”³²

Quinto atentado na UFMG

No dia 07/04/1978, explodiu uma bomba na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, localizada na Rua Curitiba, 832, Centro, Belo Horizonte. Não se constataram ferimentos em pessoas. Não foi possível se calcularem os danos materiais. A fonte usada é o “Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte.”³³



Sexto atentado na UFMG

No dia 14/04/1978, explodiu uma bomba na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, situada na Rua Curitiba, 832, Centro, Belo Horizonte. Não se constataram ferimentos em pessoas. Não foi possível se calcularem os danos materiais. A fonte de pesquisa é o “Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte.”³⁴

Atentado no Colégio Santo Antônio

No dia 18/04/1978, foi implantada uma bomba-relógio no Colégio Santo Antônio, assim como se depreedaram e furaram os pneus dos carros estacionados em frente à Igreja, situada na Rua Pernambuco, Belo Horizonte. Não se constataram ferimentos em pessoas. A fonte de pesquisa é o Relatório da CPI instalada pela ALMG.³⁵

No momento do atentado se realizava uma concentração promovida pelo Movimento Feminino pela Anistia de Minas Gerais (MFPA/MG), com cerca de 1.500 pessoas, quando vários agentes e um delegado do DOPS-MG entraram no pátio – a pretexto de uma denúncia sobre a presença de explosivos no prédio – e encontraram uma bomba-relógio dentro de uma caixa de sapatos. Nesse ínterim, oito carros pertencentes a membros do MFPA/MG foram danificados e pichados com a sigla GAC, assim como tiveram os pneus furados. Antes do acontecido, o local fora vasculhado por dois agentes do DOPS-MG, que nada tinham encontrado.³⁶

Atentado à sede do Diretório Central dos Estudantes

No dia 18/04/1978, explodiu uma bomba na sede administrativa do Diretório Central dos Estudantes da UFMG, localizada na Rua Guajajaras, 694, Centro, Belo Horizonte. Não se constataram ferimentos em pessoas, mas destruíram um equipamento de impressão e móveis. A fonte de pesquisa é o “Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte.”³⁷

Atentado a Helena Greco

No dia 19/04/1978, explodiu uma bomba na calçada em frente à residência de Helena Greco, presidente do MFPA/MG, situada na Rua Juiz de Fora, 849, Centro, Belo Horizonte. Não se constataram ferimentos em pessoas. Não foi possível se calcular os danos materiais. A fonte de pesquisa é o Relatório da CPI instaurada pela ALMG.³⁸

A bomba foi atirada a partir de um veículo da marca Volkswagen de cor azul, em movimento. A casa residencial atingida se localizava em frente à sede da 4ª Brigada de Infantaria do Exército, área considerada de segurança nacional. Helena



Greco declarou que “todos os pedidos de inquérito que foram realizados não foram a lugar algum.”³⁹

Segundo atentado a Helena Greco

No dia 10/07/1978, houve invasão do jardim situado no terreno da residência de Helena Greco, presidente do MFPA/MG, localizada na Rua Juiz de Fora, 849, Centro, Belo Horizonte. Não houve feridos, mas ocorreram danos materiais e violação de correspondências. A fonte de pesquisa é o Relatório da CPI instaurada pela ALMG.⁴⁰

Conforme depoimento de Helena Greco, os danos afetaram:

Cerca de 200 cartões enviados pelo correio ao governador de Pernambuco, ao diretor do presídio e aos presos políticos de Itamaracá. Esses cartões faziam parte da campanha de solidariedade à greve nacional de fome pela quebra do isolamento carcerário de presos políticos de Itamaracá. Junto aos cartões, havia telegramas, de vez que eram enviados pelo correio, diariamente, aos presos políticos de Itamaracá. O MFPA/MG pediu abertura de inquérito na Polícia Federal, por violação de correspondência.⁴¹

Atentado ao Jornal em Tempo

No dia 28/07/1978, foram arrombados a porta na sucursal mineira do Jornal Em Tempo, em Belo Horizonte, com invasão da sede. Não houve ferimentos pessoais, mas os danos materiais foram grandes: destruição de porta, paredes, mesas, cadeiras, máquinas, mimeógrafo, calculadora eletrônica, documentos e papéis diversos. A fonte de pesquisa são as notas taquigráficas de uma audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos da ALMG.⁴²

As paredes foram pintadas por meio de *spray* vermelho com as expressões “MAC+GAC”, “A volta será pior”, “Entrei de sola e volto”, etc. A série de ameaças e atentados começou após a publicação de uma denúncia com nomes de 233 torturadores brasileiros, elaborada por presos políticos. Policiais militares compareceram ao local no mesmo dia do ocorrido, mesmo sem ter sido feito nenhum chamado, e não se identificaram. Depois, um membro da Polícia Federal também esteve na sede da sucursal, igualmente sem solicitação: fez perguntas, mas não obteve respostas, de vez que se recusou a identificar-se.

Duas horas após, uma pessoa, que se dizia ser membro do “serviço de informação do Exército” e apresentava uma carteira com o nome de Eustáquio Ferreira, sargento, afirmou estar ali em nome de um coronel e informou não ter



o governo responsabilidade nenhuma pelo atentado, principalmente porque o País está em um período de abertura política e nas vésperas de eleições. No dia 4 de agosto foi requerida a abertura de um inquérito na Polícia Civil e na Polícia Federal, mas nenhuma providência foi tomada.⁴³

Segundo atentado ao Jornal em Tempo

No dia 18/08/1978, foi arrombada a porta e a janela na sucursal mineira do Jornal Em Tempo. Não houve pessoas feridas, mas os danos materiais são significativos: roubo, explosão de bomba e ataque a veículo estacionado, assim como destruição de mesa, máquina de escrever, portas, janelas, persiana, luminária, paredes, teto, papéis, documentos e vidro de veículo. Roubaram-se papéis e vários documentos. Na época, o prejuízo ficou orçado em Cr\$ 200.000,00. A fonte da pesquisa são as notas taquigráficas da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos da ALMG.⁴⁴

O motivo foi o mesmo do atentado anterior, qual seja, a publicação da lista com torturadores. Conforme depoimento de Juarez Rocha Guimarães, ex-diretor da sucursal mineira do Jornal Em Tempo:

Um dos vizinhos chamou a radiopatrulha por volta das 3 horas. A polícia esteve no local desde essa hora, até aproximadamente 9 horas, sem a presença de qualquer uma das pessoas da sucursal. Aliás, a primeira empregada da sucursal a chegar ao local foi impedida de entrar, e os policiais se negaram a dizer o que a perícia estava levando – saíram portando vários embrulhos. [...] Foram procurados o DOPS e a Polícia Federal. Ambos responderam que de nada sabiam, sendo que o delegado da Polícia Federal, Wilson Ramalho, afirmou que não realizava nem realizaria perícia por não ter equipamento para tanto. Pouco tempo depois disso, no entanto, compareceram à sucursal dois agentes da Polícia Federal: o Sr. José Osmar e o Sr. Taveira, que fizeram várias perguntas e anotaram nome e endereço de três pessoas da sucursal. Disseram que não sabiam para qual fim seria utilizadas as informações ali colhidas. Foi procurada a Polícia Militar, e o capitão Gladstone informou que a Polícia Militar estivera no local, guardando-a até por volta das 9 horas, e que a perícia fora feita pelo Instituto de Criminalística.

Prossegue Juarez:

No Instituto, o perito confirmou a informação, dizendo que eles apenas haviam levado estilhaços da bomba e que o laudo estaria pronto em 30 dias. No dia 22 de agosto do mesmo



ano foi encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais uma representação solicitando abertura de inquérito pelo órgão policial competente. Na mesma data, também foi encaminhado ao Exmo. Sr. Procurador-Geral, do Estado pedido de nomeação de promotor para acompanhar o inquérito. Em 29/08/1978, pelo Ofício nº 421/78, de 25/08/78, o Exmo. Sr. Procurador-Geral do Estado comunicou à sucursal a nomeação do promotor para atuar no inquérito. No dia 06/09/1978, o Instituto de Criminalística forneceu cópia do laudo pericial referente ao atentado à bomba. [...] Desde o último atentado há policiamento na sucursal nos seguintes horários: das 23 horas às 9 horas; das 17 horas do sábado às 9 horas da segunda-feira, conforme pedido da sucursal e deferimento do comandante de policiamento da capital.⁴⁵

Sétimo atentado na UFMG

No dia 1º/09/1978, explodiu uma bomba no Diretório Acadêmico do Instituto de Ciências Exatas da UFMG, situado no *Campus* Pampulha, Belo Horizonte. Não houve ferimentos pessoais, mas foi destruída uma urna com os votos coletados no Instituto de Ciências Exatas, durante a eleição da nova diretoria da entidade. A fonte de pesquisa é o “Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte”⁴⁶

Atentado ao Jornal de Fato

No dia 02/09/1978, foi arrombada a sede do Jornal De Fato, localizada na Avenida do Contorno, 2.399, Bairro Floresta, Belo Horizonte. Não houve ferimentos pessoais, mas vários objetos foram depredados, inclusive a porta, ou roubados. A fonte de pesquisa são as notas taquigráficas da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos da ALMG.⁴⁷ Antes do atentado, o Jornal tratou de várias questões ligadas a Belo Horizonte, publicou uma lista de torturadores mineiros e abordou a questão dos presos políticos. Logo após a invasão, foi registrada ocorrência e a perícia esteve no local, mas sem qualquer resultado.

Atentado ao Colégio Santo Agostinho

No dia 11/09/1978, explodiu uma bomba no banheiro do Colégio Agostinho, em Belo Horizonte. Não houve feridos, mas danificaram-se as portas. A fonte da pesquisa é o Relatório da CPI instaurada pela ALMG.⁴⁸ O ato terrorista ocorreu no momento em que se realizava um debate promovido pelo Grupo de Universitários Católicos. Conforme depoimento de Geraldo Magela Almeida, advogado de presos políticos:



Quando mais ou menos às 9 horas da noite [...] o professor Edgar da Mata Machado falava [...], eu e mais 200 pessoas ouvimos uma explosão terrível que chegou a arrancar, não só as portas, como também os marcos. [...] Em um dado momento a polícia compareceu, recolheu pavios, retroexplosivos, colocando-os em saquinhos, ouviu algumas pessoas, mas ficou por isso.

Atentado na igreja São Francisco das Chagas

No dia 13/09/1978, explodiu uma bomba na Igreja São Francisco das Chagas, situada no Bairro Carlos Prates, Belo Horizonte. Não se constataram ferimentos em pessoas. Não foi possível se calcular os danos materiais. A fonte de pesquisa é o Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte.⁴⁹

O alvo foi o MFPA/MG, cuja sede funcionava no local. No momento do atentado acontecia uma vigília em solidariedade ao preso político Edvaldo Nunes.

Atentado ao jornal dos bairros

No dia 1º/05/1979, a sede do Jornal dos Bairros, localizada na Avenida Álvaro da Silva, 626, Santa Margarida, Contagem, foi invadida e saqueada. Não houve pessoas feridas, mas foram roubadas máquinas de escrever, uma impressora *offset*, aparelhos de telefone, dinheiro, livros contábeis, arquivos e publicações. As fontes da pesquisa foram o próprio Jornal dos Bairros⁵⁰ e o Relatório da CPI instaurada pela ALMG.

Conforme o depoimento de João Batista dos Mares Guia, então presidente do Centro dos Estudos do Trabalho:

O Jornal no seu trabalho fere interesses, como é o caso do interesse particular do vereador Álvaro Antônio que se tornou figura ímpar na perseguição sistemática a esse Jornal. Embora não se possa fazer uma correlação entre o combate feito pelo vereador e o atentado, o fato é que tal combate ganhou apoio no Centro das Indústrias [...] e, por coincidência, depois desse apoio que o Jornal foi atacado de madrugada [...].⁵¹

Atentado à Fundação Centro de Estudos do Trabalho (CET)

No dia 1º/05/1979, houve invasão e saque na sede do CET, situada na Rua José Brandão, Barreiro, Cidade Industrial, em Belo Horizonte. Não houve ferimentos pessoais, mas foram danificados vários objetos materiais e roubados documentos. A fonte de pesquisa é o Relatório da CPI instaurada pela ALMG.⁵²



O principal objetivo do CET era desenvolver pesquisas a respeito da história social dos trabalhadores e dos movimentos populares em Minas Gerais. Em depoimento, João Batista dos Mares Guia, presidente da entidade, acusa o governador Francelino Pereira dos Santos de omissão em face dos atentados e afirma que “estará ele, pelo menos, indiretamente, no nível político, como responsável pela atuação do terrorismo em Minas Gerais.”⁵³

Invasão e saque no Centro Cultural Operário (CCO)

No dia 1º/05/1979, foi invadida e saqueada a sede do CCO, em Belo Horizonte. Não houve ferimentos pessoais, mas se danificaram materiais e roubaram documentos. A fonte da pesquisa é o “Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte.”⁵⁴

Atentado ao Grupo de Estudos e Trabalho de Educação em Comunidades (Getec)

No dia 1º/05/1979, foi invadida e saqueada a sede do GETEC, em Belo Horizonte. Não houve ferimentos pessoais, mas foram danificados materiais e roubados documentos. A fonte da pesquisa é o Relatório da CPI instaurada pela ALMG.⁵⁵

Atentado à Pastoral Operária

No dia 1º/05/1979, a sede da Pastoral Operária foi invadida e saqueada. Não houve ferimentos pessoais, mas os impressos que seriam distribuídos durante a Missa do Trabalhador – evento tradicional no Dia 1º de Maio – foram roubados. A fonte da pesquisa é o Relatório da CPI instaurada pela ALMG.⁵⁶

Terceiro atentado ao Jornal em Tempo

No dia 08/07/1979, a sede da sucursal mineira do Jornal Em Tempo, em Belo Horizonte, foi invadida e depredada. Não houve ferimentos pessoais, mas foram destruídos materiais de pesquisa, papéis, documentos, cadeiras, mesas, máquinas de escrever, aparelho de telefax, arquivos, cofre e outros utensílios, com uso de ácido corrosivo. A fonte da pesquisa são as notas taquigráficas da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos da ALMG.⁵⁷

O motivo foi o mesmo do atentado anterior, qual seja, a publicação da lista de torturadores. Conforme depoimento de Juarez Rocha Guimarães, ex-diretor da sucursal mineira do Jornal Em Tempo:

As providências tomadas imediatamente após a constatação do atentado no domingo, por volta das 10 horas: comunicamos o ocorrido a toda imprensa e solicitamos a presença da



polícia técnica, que vistoriou o local e recolheu materiais para a feitura do laudo. Esta foi a matéria do Jornal que saiu em seguida ao atentado: 'Os terroristas desafiam Figueiredo'. O general Figueiredo, então, ditador do País, fez um pronunciamento oficial dizendo que não era de responsabilidade de seu governo o atentado. Houve pronunciamento de personalidades do País inteiro em defesa do nosso Jornal, entre eles o Barbosa Lima Sobrinho, Oscar Niemeyer, bispos. Continuamos a noticiar. Dessa vez, com uma edição especial 'O terror da direita continua impune', mostrando que, mesmo após o processo de instauração de inquérito, nada havia sido descoberto. Fizemos, então, diariamente nas escadarias da Igreja de São José, uma vigília [...] com a finalidade de denunciar esses acontecimentos.

Prossegue Juarez:

No ano seguinte, em 1980, ocorreu um novo episódio na sequência desses atentados. [...] Soubemos, por informação do Jornal O Pasquim, que havia ocorrido um telefonema à secretária do referido Jornal no Rio de Janeiro, ameaçando de morte três pessoas em Minas Gerais: a companheira Helena Greco, que era a grande líder da luta pelos direitos humanos e que sofria e sofreu muitos atentados e ameaças nesse período; o deputado Genival Tourinho, que vinha denunciando os torturadores no Congresso Nacional; e eu, que havia dado uma entrevista sobre os atentados e participado do esforço de instalação de uma CPI sobre o terrorismo em Minas Gerais nesta Assembleia Legislativa. Lembro, aliás, que, durante o meu depoimento aqui, as luzes da Assembleia de repente se apagaram e todos saíram correndo com medo de haver uma explosão de bomba. Depois os trabalhos foram retomados. Então esse era o clima da época, de total insegurança. [...] Levamos uma reivindicação ao então governador do Estado à época, Francelino Pereira, o dossiê com todos os atentados cometidos no Estado e a impunidade daqueles que haviam praticado esses atos. Essa impunidade continua até hoje. Em nome disso, da justiça, da criminalização, da responsabilização desses terroristas, estamos aqui hoje colaborando com a Comissão da Verdade.⁵⁸

Atentado a Geraldo Magela de Almeida

No dia 13/09/1979, explodiu uma bomba em frente à residência de Geraldo Magela Almeida, conhecido advogado de presos políticos, situada na Rua Engenheiro Amaro Lanari, nº 139, ap. 302, Bairro Sion, Belo Horizonte. Não houve ferimentos pessoais, mas foi destruído um carro – modelo Brasília, cor vermelha, placa AW-8244 –, além de danificados outros dois veículos e janelas de vidro nos



prédios próximos. A fonte são as notas taquigráficas da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos da ALMG.⁵⁹ O proprietário do carro destruído era Geraldo Magela de Almeida. Imediatamente, foi chamada a perícia técnica. Com o fato comunicado à PMMG, uma unidade compareceu ao local e fez a ocorrência, mas nada se apurou.

Atentado à União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais (UTE)

No dia 27/11/1979, explodiu uma bomba na sede da UTE, em Belo Horizonte. Não houve ferimentos pessoais, mas foram avariados objetos e pichados os carros estacionados na rua em frente. A fonte da pesquisa é o “Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte.”⁶⁰

Atentado ao Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade

No dia 08/12/1979, foi depredado o estacionamento do Instituto Santo Inácio, em Belo Horizonte. Não houve ferimentos pessoais, mas os veículos foram incendiados e tiveram suas fechaduras lacradas com cola. A fonte de pesquisa é o Relatório da CPI instaurada pela ALMG.⁶¹ No momento em que se realizou o atentado acontecia uma reunião plenária dirigida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade. O inquérito instaurado sobre o ato nada apurou.

Atentado à Igreja São José

Em maio de 1980, a Igreja São José, situada no centro de Belo Horizonte, foi pichada e depredada. Não houve ferimentos pessoais, mas as paredes ficaram danificadas com inscrições ofensivas. A fonte da pesquisa é o “Dossiê sobre os Atentados Terroristas cometidos em Belo Horizonte.”⁶²

Ameaça a bancas de jornal

No dia 26/06/1980, várias bancas de jornal, em Belo Horizonte, foram ameaçadas simultaneamente. Houve chantagem por meio de folhetos, ameaçando com represálias as bancas que vendessem publicações alternativas. A fonte da pesquisa é o “Texto com Informações”, anexo ao Relatório da CPI da ALMG.⁶³

Conforme o anexo ao Relatório da CPI:

Nas primeiras semanas de junho várias bancas amanheceram com um manifesto anônimo afixado, com ameaças de se tomar ‘medidas drásticas’ caso estas bancas continuassem a vender o Jornal Hora do Povo e os outros jornais alternativos [...].⁶⁴



Atentado a João Paulo Pires Vasconcelos e outros dirigentes sindicais

No dia 26/06/1980, tiveram os pneus furados os carros de João Paulo Pires Vasconcelos e outros dirigentes sindicais, que se encontravam na Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte. Não houve ferimentos pessoais. A fonte da pesquisa é o Relatório da CPI instaurada pela ALMG.⁶⁵

Conforme o depoimento de João Paulo Pires Vasconcelos:

Quando saíamos de um debate na Escola de Direito e nos dirigíamos à Rádio Capital, com Lula e o Luiz Soares Dulci, onde gravávamos uma entrevista, alguns companheiros foram agredidos verbalmente por pessoas que se encontravam em dois táxis à porta da Escola de Direito. Neste momento, verificamos que dois veículos que nos serviam de condução estavam com os quatro pneus vazios.⁶⁶

Segundo atentado ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais

No dia 27/06/1980, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais recebeu ameaças telefônicas. Depois, foi invadido e uma bomba explodiu. Não houve ferimentos pessoais, mas se verificaram a degradação de objetos e paredes, assim como tentativa de intimidação e violação de correspondências. A fonte da pesquisa é o “Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte.”⁶⁷

Segundo atentado no Instituto de Educação

No ano de 1980, houve danificação de carros e explosões de bombas nas imediações do Instituto de Educação e imediações. Não houve ferimentos pessoais, mas foram cortados os pneus de 10 a 12 carros estacionados nas proximidades do local. A fonte são as notas taquigráficas da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos da ALMG.⁶⁸

No local estava acontecendo um evento do PDT, com a presença de Leonel Brizola. Conforme depoimento de Betinho Duarte:

Quando o Brizola veio a Belo Horizonte na década de 1980, no Instituto de Educação, jogaram ácido em carros e soltaram bombas. O Santos Moreira, que era delegado na época e fazia a segurança no local, identificou Antônio Ribeiro e o prendeu pelos atentados. Aliás, quem disse isso foi o Sarmiento e o Wagner Seixas, jornalista do Estado de Minas, que faleceu há pouco tempo. Esse é um documento e uma prova contra esse ex-perito criminal Antônio Carlos Ribeiro.⁶⁹



Segunda leva de ameaças a bancas de jornal

No dia 28/06/1980, várias bancas de jornal foram simultaneamente ameaçadas em Belo Horizonte. A chantagem aconteceu por meio de folhetos, anunciando represálias para as bancas que ousassem vender publicações alternativas. A fonte da pesquisa é o “Texto com Informações”, anexo ao Relatório da CPI da ALMG:⁷⁰ “dias posteriores, na calada da noite, novo manifesto foi colocado nas bancas, onde se lia ‘Seu estopim está aceso’. Praticamente, todos os jornalheiros passaram a ficar em clima de terror não recebendo mais jornais Hora do Povo e outros para venda.”⁷¹

Atentado a banca de jornal

No dia 16/07/1980, a banca localizada na Rua Curitiba, esquina com a Rua Tupinambás, Centro de Belo Horizonte, foi alvo de um incêndio criminoso. Não houve ferimentos pessoais, mas os danos resultaram totais, perfazendo um prejuízo em torno de 400 mil cruzeiros. As fontes da pesquisa são o “Texto com Informações”, anexo ao Relatório da CPI da ALMG,⁷² e “Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça: Inventário dos dossiês avulsos da série Movimentos Contestatórios.”⁷³ O “Inventário dos dossiês avulsos da série Movimentos Contestatórios” menciona “atentados à bomba” registrados nos sumários políticos do Departamento de Polícia Federal, com datas de julho, agosto e setembro de 1980, entre os quais uma referência a “bancas de jornais”:

BR.AN,RIO.TT.0.MCPAVU.197 [...] Sumário político do Departamento de Polícia Federal [...] Cobertura diária dos eventos ocorridos no mês de agosto de 1980 através de telex pela manhã e à tarde, relatando ocorrências em todo o País tais como Lei dos Estrangeiros, conflitos de terra, comício do PT em Xapuri (AC), Luís Inácio da Silva, atentados às bancas de jornais, Movimento contra a Carestia, atentado à bomba na OAB, etc.⁷⁴

Conforme declaração de Elder Pacheco, à época dono de banca de jornal, em audiência pública na ALMG:

Fui jornalista, trabalhei em banca de jornal e tive banca de jornal. Estou escrevendo um livro sobre o período das bancas de jornal explodidas e a imprensa alternativa. Isso começou em 1981. A primeira banca explodida no Brasil foi a da Rua Curitiba. Foi a Banca Curitiba. O fato silenciou a imprensa alternativa e toda a imprensa de esquerda, pois os jornalheiros



passaram a ter medo de vender esses jornais. Isso começou aqui e depois estouraram bancas no Rio de Janeiro, em Brasília, em Recife, em Salvador e em Porto Alegre.⁷⁵

Segundo atentado a João Paulo Pires Vasconcelos

No dia 27/07/1980, a residência do sindicalista João Paulo Pires Vasconcelos, em João Monlevade, sofreu invasão e tentativa de incêndio. Não houve ferimentos pessoais, mas documentos foram roubados. A fonte da pesquisa é o Relatório da CPI instaurada pela ALMG.⁷⁶ Conforme depoimento de João Paulo, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade:

Logo que cheguei à frente da minha casa, [...] entrei [...]. Ao abrir a porta, percebi o cheiro de gás e vi que as quatro trem-pes do fogão se encontravam abertas. Abri a porta da frente, do fundo e basculante que se encontravam logo acima do fogão. Gritei pelo meu filho, ele não respondeu e eu previ coisa pior. Eu me dirigi, rapidamente, para o quarto que ele se encontrava dormindo. Normalmente, o fogão fica com a chave do botijão fechada, para que não haja vazamento de gás. Naquele momento, ouvi o barulho de uma pessoa fechando a porta. Voltei pelo mesmo caminho, e [...] percebi que havia fogo sobre a prancheta da mesinha de televisão, o que eu não percebera quando entrei porque eu senti cheiro de coisa queimada, mas como entrei rapidamente, não vi. Havia um pacote de livros, jornais, catálogos de telefones, e sobre estes livros havia um rolo de papel com fogo. Uma pasta de couro [...] estava danificada. Levaram uma chave de um apartamento de Belo Horizonte. O comandante do Destacamento, chamado Capitão Edgar Ednardo, lá esteve, mas, segundo a polícia técnica, ele deveria ter interditado o local, [...] essa medida ele não adotou. Pedimos a abertura de inquérito [...].⁷⁷

Atentado na ALMG

No dia 1º/07/1983 foi implantado um artefato explosivo dentro de envelope no recinto da ALMG, em uma poltrona localizada na antessala do gabinete do deputado João Batista dos Mares Guia. Não houve danos materiais e nem ferimentos pessoais. A fonte da pesquisa são as notas taquigráficas da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos da ALMG,⁷⁸ o depoimento de assessor do parlamentar visado⁷⁹ e jornais da época.⁸⁰

O deputado Durval Ângelo, presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALMG, fez referência a um “incêndio ocorrido nesta Casa” inserindo-o entre “os



atentados terroristas cometidos por grupos paramilitares de extrema direita.”⁸¹ Betinho Duarte, então chefe de gabinete do deputado João Batista dos Mares Guia, declarou:

O atentado na Assembleia ocorreu no final de 1984, não me lembro do dia exato, quando uma bomba chegou ao gabinete dentro de um envelope fechado. Chamamos um perito, que desmontou a bomba. Na ocasião, o fato se tornou matéria de jornal, inclusive com registro em foto.⁸²

O Jornal Estado de Minas noticiou:

Alertados por um telefonema anônimo, avisando que uma bomba explodiria no gabinete do líder do Partido dos Trabalhadores, deputado Mares Guia, agentes de segurança da Assembleia Legislativa localizaram às 11h40min de ontem um artefato contendo três bananas de dinamite no Conjunto 607 do Palácio Inconfidência.⁸³

Primeiro atentado a Célio de Castro

No dia 22/06/1984, o carro do médico Célio de Castro explodiu em frente à Fundação Educação para o Trabalho em Minas Gerais (UTRAMIG), localizada na Av. Afonso Pena, Bairro Cruzeiro, Belo Horizonte. Não houve ferimentos pessoais, mas se constatou a destruição parcial do carro e o furto de pneus. A fonte da pesquisa é o discurso publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte.⁸⁴ Conforme denúncia de Célio de Castro, presidente do Sindicato dos Médicos:

[...] são nitidamente atentados de feição terrorista... [...] outro carro meu foi totalmente destruído, quando, a convite do presidente Tancredo Neves, eu estava a proferir uma palestra [...] num prédio próprio do governo estadual, a UTRAMIG em Belo Horizonte. Naquela época, os autores do atentado, que assumiram a sua autoria, se intitulavam pertencentes a uma organização paramilitar de direita, denominada Comando de Caça aos Comunistas. Foi instaurado inquérito, foram feitos laudos periciais e até hoje, sr. presidente, três anos decorridos, o que recebi foi um novo atentado [...].⁸⁵

Segundo atentado a Célio de Castro

No dia 14/04/1987, uma bomba explodiu na garagem da casa onde residia o deputado federal Célio de Castro, situada na Rua do Catete, Bairro Barroca, Belo Horizonte. Não houve ferimentos pessoais, mas ficaram destruídos o portão de



entrada e os vidros da casa. A fonte de pesquisa é o discurso publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte.⁸⁶

Como presidente do Sindicato dos Médicos, Célio de Castro havia publicado um texto sobre a prestação de serviços médicos e a atuação profissional, no qual é apresentada uma carta-programa, texto-síntese de sua atuação na entidade representativa que dirigia e da luta política mais geral contra o regime militar que então chegava ao fim.

9.7 Suspeitos

Os atos terroristas mencionados e detalhados neste Relatório expõem uma barbárie que contrasta com os valores inseparáveis dos direitos fundamentais, cristalizados na Constituição Federal e evidenciam as nódoas geradas na história do Brasil, especialmente sob o regime militar e com a sobrevivência de sua herança nas instituições contemporâneas. Devem, pois, servir de exemplo para as novas gerações e ser tratados como crimes contra a humanidade.

Diferentes fontes foram utilizadas para se apurarem os fatos: matérias da imprensa, depoimentos formais,⁸⁷ relatos de testemunhas, denúncias feitas por militantes e correspondências oficiais.⁸⁸ A lista a seguir apresenta os principais suspeitos e os possíveis responsáveis pelos crimes, que fica à disposição dos órgãos competentes e da opinião pública, sem prejuízo de se arrolarem novos nomes de praticantes e mandantes, inclusive autoridades envolvidas em delito de proteção delituosa ou em conduta omissa:

- Antônio Ribeiro: ex-perito criminal, foi “acusado de pertencer a um grupo de extrema direita” e de ser o responsável por no mínimo dois atentados, o primeiro ao “Dr. Célio de Castro” e o segundo no Instituto de Educação, “quando Brizola veio a Belo horizonte”, nessa ocasião sendo identificado e preso, como autor, pelo delegado Santos Moreira;⁸⁹
- Afonso de Araújo Paulino: proprietário do Jornal de Minas, teria pertencido ao CCC e seria um dos responsáveis pelos atentados cometidos contra o Jornal Em Tempo – segundo depoimento do então deputado federal Genival Tourinho, do MDB, seria um dos chefes da Máfia Mineira e ligado, desde o início dos anos 1970, à ID-4 e ao DOI-Codi-BH,⁹⁰ denúncia reforçada por João Batista dos Mares Guia, que lhe atribui a autoria por meio de “certo Alfredão”, detento naquela ocasião cumprindo pena de 100 anos;⁹¹



- Ediraldo Brandão: desafeto declarado de Santos Moreira,⁹² hostilizou-o publicamente em 1984, quando esse delegado era diretor da academia de polícia;
- Nelson Galvão Sarmiento: ex-agente do Centro de Informações da Marinha e funcionário público na Corregedoria do Estado de Minas Gerais, que segundo depoimento do ex-deputado federal Genival Tourinho estaria também implicado no atentado à OAB/RJ:

Para mim, o fato mais relevante dessa CPI [...] foi que esse Sarmiento me disse que, nas próximas 48 horas, ocorreriam mortes, e 24 horas depois jogaram a bomba na OAB do Rio de Janeiro, que matou a Dona Lyda Monteiro, secretária administrativa, cegou um funcionário dela e lhe extirpou a mão esquerda ou direita. A imprensa nunca explorou esse fato que denunciei 24 horas antes de acontecer. Foi uma carta-bomba que ela abriu [...]. A bomba a matou e cegou um dos olhos de seu auxiliar, e decepou-lhe a mão [...].⁹³

- Jacob Lopes Máximo de Castro, advogado muito conhecido em Belo Horizonte, Paulo Guimarães e Antônio Caram foram apontados como envolvidos no atentado ao Show Medicina, em 17/11/1965, em ato que inaugurou o ciclo terrorista em Minas Gerais:⁹⁴

Lá, tiveram oportunidade de ver Jacó Máximo, Paulo Guimarães, Antônio Caram e outros sentados à esquerda do mezanino, bem na direção dos lugares em que estavam os nossos, no 1º andar. Esse fato provocou uma observação jocosa entre Paulo e Terezinha, de que a extrema direita estava de plantão na extrema esquerda do auditório. Não se imaginava, no entanto, que o propósito da presença daquelas pessoas ali estava longe de ser o lazer. [...] O show teve início e, logo após uma das primeiras cenas, a luz se apagava por um instante. Nesse momento, Terezinha sentiu algo quebrando em seu rosto e o líquido se espalhando. Muita dor e dificuldade extrema de respiração: era uma ampola de ácido bromídrico. [...] Imediatamente o Paulo levou a Terezinha ao banheiro do auditório para lavar o seu rosto e tentar aliviar o seu mal-estar. [...] Ao saírem do banheiro para o saguão do auditório, viram o Jacob descendo rapidamente a escadaria do lado esquerdo. Assim que viu Terezinha toda queimada, ele exclamou apavorado: "foi em você!"⁹⁵

- José Maria de Paula, mais conhecido como Zé Maria Cachimbino: lotado na delegacia de Furtos e Roubos, foi citado por vários denun-



cientes como torturador, estava na relação dos convidados a comparecer para prestar esclarecimentos à Câmara Municipal de Belo Horizonte⁹⁶ e foi citado no Relatório Final CPI das Bombas.⁹⁷

- Por fim, o capitão Gomes Carneiro e o tenente Marcelo Araújo Paixão, ligados a Afonso de Araújo Paulino, também mencionados pelo ex-deputado federal Genival Tourinho em depoimento à Comissão de Direitos Humanos da ALMG:

Afonso de Araújo Paulino [...] andava acompanhado do capitão Gomes Carneiro e do tenente Marcelo Araújo Paixão [...]. Eu, como advogado de presos políticos, tive bate-bocas tremendos com esse Marcelo, que sempre me ameaçava. Ele dizia que não era de violência, mas que eu abrisse os olhos porque o capitão Gomes Carneiro era extremamente violento – e demonstrou que era mesmo.⁹⁸

9.8 Indícios e ecos

Há mais dois assuntos que merecem registro, mesmo breve. Primeiramente, os acontecimentos com os músicos Emanuel de Oliveira César, Jaime Mol, Janir Araújo, João Suriadakis, Paulinho Saxofonista, Reinaldo Teotônio Marques e Roberto de Oliveira César Filho, que foram envolvidos em fatos com fortes indícios de atentado político – contemporaneidade, motivo e *modus operandi* –, cujo diagnóstico ainda exige apuração mais profunda. Depois, os atentados posteriores a 1988, cuja investigação detalhada extrapolaria a competência legal da Covemg.

Ataque ao *Pendulum*

No dia 26/01/1977, a porta principal da Boate *Playboy*, então situada na Rua Cláudio Manoel, nº 250, Belo Horizonte, foi arrombada de madrugada. Todos os equipamentos musicais da Banda *Pendulum*, que ali estavam guardados por causa de uma temporada contratada, acabaram atacados com ácido sulfúrico, com a destruição dos seguintes itens: seis microfones, um órgão Saima, dois teclados, um contrabaixo Hafner, uma bateria Ludwig, um piano Giannini, três caixas de som e câmaras de eco Binson, totalizando, na moeda de então, prejuízos superiores a 200 mil cruzeiros. O fato virou notícia do Jornal Estado de Minas.

Em depoimento à Covemg, Emanuel de Oliveira César narrou o episódio e as suas circunstâncias:



[...] nós fomos contratados para acompanhar um grupo internacional, *The Platters*, americano, em uma casa de shows de Belo Horizonte, está reportado em Jornal. Neste momento, passado algum tempo, nós chegamos lá e vimos nosso equipamento todo danificado com ácido sulfúrico, porque não era um show único, era uma temporada. [...] Então, esse equipamento foi danificado, nós, sem saber por que, procuramos na época as autoridades competentes. [...] E [...] o Prata Neto nos aconselhou literalmente, falou: 'ó, meninos, façam o seguinte: comprem outro equipamento, se virem; saiam do meio em que vocês estão, porque vocês estão mexendo com pessoas que podem machucar vocês, mais cedo ou mais tarde' [...].⁹⁹

Cerca de três meses depois, em abril de 1977, quando a mesma banda se apresentava no Largo de Baeta, localizado na Avenida João Pinheiro, nº 141, Belo Horizonte, o estabelecimento sofreu a invasão de policiais "armados, que subiram no palco e, na presença da plateia, destruíram todos os equipamentos".¹⁰⁰ O depoimento de Emanuel também se refere ao novo ataque:

Era na João Pinheiro essa casa, ao lado do Detran, se não me engano, né. [...] o dono não acatou o pedido do delegado, aí ele veio armado com cães, com, aí já com.... eu não sei o nome de arma, nunca usei nenhuma, mas umas metralhadoras, umas coisas, subiram no palco e destruíram esse segundo equipamento nosso, né.¹⁰¹

Os músicos registraram a primeira ocorrência no cartório do 10º Distrito da metrópole. De imediato, precisavam de novos instrumentos e aparelhos. Como os autores da destruição ficaram impunes e o dono do estabelecimento se recusou a ressarcir o prejuízo, não sobrou alternativa à banda senão vender o próprio ônibus que usavam em viagens de trabalho. Foi o que fizeram. Todavia, os seus equipamentos recém-adquiridos foram depredados três meses depois, obrigando os jovens músicos a saírem de Minas Gerais.

Em depoimento, Emanuel apresenta uma versão acerca das possíveis motivações e autorias do crime:

As provas são as seguintes: com relação ao material usado, ácido sulfúrico, quem usava isso era o pessoal da ditadura. Eles usavam. Ninguém tinha acesso a isso, não é?! [...] A gente só fazia aquilo, emprestava equipamento pra esses estudantes, para esses eventos contra a ditadura ou contra quem quer que seja, né, ou a favor, a gente fazia isso pela



amizade, né, e pela falta desse equipamento, de empresas prestadoras de serviço naquele momento, que não existiam ainda. [...] Covemg: Hoje, anos depois, décadas depois, você atribuiria que motivação a essas depredações? [...] Emanuel César: “Ah, com certeza uma forma de inviabilizar esses eventos estudantis, porque sem o equipamento nosso, não teriam, não é? [...] Inviabilizar, tentar inviabilizar esses eventos, essas palestras, essas manifestações contra a ditadura. Com certeza”¹⁰².

Ecos do terrorismo

Após a promulgação da Constituição Federal, em 1988, que alargou os direitos fundamentais e coletivos, houve uma segunda leva de atos terroristas: 16 eventos de 1991 a 1995 – em média, 3,2 por ano –, desta feita ligada, predominantemente, a desavenças e disputas ocorridas em razão de rivalidades entre alas internas a órgãos do Estado ou por razões individuais, mas com sentido político relevante, cujas motivações e autorias jamais foram adequadamente investigadas e permaneceram até hoje na obscuridade, como eco impune. O Jornal Hoje em Dia noticiou que a Polícia Civil considerava o detetive Geraldo Alcides Guimarães, vulgo Ganso, como suspeito.¹⁰³ Santos Moreira, então secretário de segurança pública do estado de Minas Gerais, afirmou serem, os terroristas, pessoas que haviam servido ao regime militar.¹⁰⁴

O jornalista Luiz Carlos Bernardes analisa os acontecimentos:

O governo vem investigando 40 policiais que pertencem a 4 grupos dentro da polícia. O primeiro é ligado à corrupção policial. O segundo é ligado ao uso de prestígio para negociatas. O terceiro é um grupo de ultradireita, nostálgico da ditadura militar. E o último grupo é de políticos profissionais ligados ao subterrâneo da polícia. O governo tem expectativas de conseguir provas rapidamente.¹⁰⁵

Em 1995, a Câmara Municipal de Belo Horizonte instalou uma CPI “com a finalidade de apurar a responsabilidade pelos atentados a bomba que vêm ocorrendo em nossa cidade”, cujo Relatório Final apresenta a lista dos fatos: primeiro atentado à Copasa, em 10/12/1991; segundo atentado à Copasa, em 10/12/1991; atentado no Edifício Central da Praça da Liberdade, em 12/12/1991; atentado na Escola Estadual Santos Dumont, em 19/12/1991; atentado no estacionamento do BH *Shopping*, em 20/02/1992; atentado em empresa de Autopeças, em 1º/04/1992; atentado na Escola Estadual Pedro II, em 29/08/1993; atentado no Fórum Lafayette, em 02/07/1994; atentado no *Shopping Del Rey*, em 07/07/1994;



atentado na Delegacia de Furtos e Roubos, em 10/05/1994; atentado no Cine Nazaré Liberdade, em 04/02/1995; atentado ao coronel da PM Felisberto Egg, em 12/02/1995; atentado à Casa dos Jornalistas em Belo Horizonte, em 10/03/1995; atentados aos Diários Associados, em 18/03/1995; atentado à OAB/MG, em 21/03/1995; atentado no Colégio Promove, em 1º/04/1995.¹⁰⁶

9.9 Conclusões

Os atentados desenvolveram relações funcionais complementares com as atividades do aparato policial-militar do regime político, em âmbito nacional. Começaram no ano anterior à instauração aberta do terrorismo de Estado, como se o propusesse. Em Minas Gerais, concentraram-se de 1978 a 1980, contrastando com a rarefação verificada entre 1969 e 1977, quando suas demandas extremistas e antidemocráticas se encontravam integral e institucionalmente supridas pelas ações efetivadas pelos esquemas repressivos.

Os atentados se proliferaram em circunstâncias politicamente dúbias, correlações de forças instáveis e conjunturas desfavoráveis aos olhos dos grupos paramilitares de ultradireita, nas quais seus agentes vislumbraram mudanças que afetariam seus interesses e finalidades, assim como facilitariam o retorno dos Partidos e movimentos de esquerda à legalidade institucional e ao protagonismo político, isto é, o processo de transição do regime militar à república democrático-constitucional, nacionalmente e em Minas Gerais.

Os atentados adotaram alvos delineados e precisos, pois sempre focaram pessoas físicas e instituições engajadas ou relacionadas à luta pelas liberdades democráticas e pela melhoria nas condições de vida das classes populares, especialmente os indivíduos, as entidades da sociedade civil e os movimentos organizados que a extrema direita considerava comprometidos com a oposição ao regime militar ou de alguma forma próximos às forças de esquerda no espectro político mineiro.

Os atentados apresentaram uma teleologia típica, de vez que se nortearam pela meta de provocar o clima psicossocial e a conjuntura capazes de favorecer, desenvolver e radicalizar ainda mais a repressão estatal em Minas Gerais, para que o regime militar retomasse ao terrorismo de Estado, tentando reverter a decadência desse mecanismo autocrático de controle social e promover o seu retorno à vida política nacional, estadual e municipal;



Os atentados, em vez de meras ações isoladas, esporádicas e erráticas – sem objetivos precisos e maiores, assim como sem origem estável e definida –, possuíram características comuns, como a autoria de grupos clandestinos de extrema direita ou de máfias, a obediência a uma diretriz, a adoção da mesma forma orgânica, o exercício de procedimentos semelhantes, a obediência à lógica de sincronização planejada, a efetivação de operações com comando único, a existência de retaguarda segura e a certeza de impunidade.

Os atentados gozaram e se beneficiaram de uma convivência promíscua com os órgãos estatais na área da segurança pública e políticos de partidos conservadores, tal como fica explícito na estranha presença anterior de policiais em locais atingidos e na relação de alguns suspeitos com a estrutura do DOPS-MG, bem como a ausência das autoridades de então, quando convidadas, às CPIs organizadas na ALMG em 1980 e na Câmara Municipal de Belo Horizonte em 1995.

Os atentados nem sequer foram tratados como objeto de inquérito policial, apesar das frequentes solicitações dos atingidos às autoridades estaduais – inclusive a Francelino Pereira, então governador de Minas Gerais – e a despeito de sua tipicidade como crime de ação pública, que exigia a iniciativa dos órgãos competentes, exceto os 11 casos acolhidos para investigação, dos quais somente dois chegaram à conclusão, mesmo assim sem derivações que levassem ao coração do esquema e atingissem os principais responsáveis.

Os atentados caíram no esquecimento, sem investigações e punições à altura de sua gravidade, não por inexistirem condições técnicas e elementos materiais suficientes para se tomarem as providências e os encaminhamentos necessários, mas porque as autoridades – mesmo tendo à sua disposição recursos e aparatos nas esferas políticas, policiais, jurídicas e financeiras – optaram pela omissão, inclusive no que diz respeito à imprescindível proteção aos ameaçados, e pelo resguardo aos suspeitos, como articularam no episódio da mobilização governamental para abafar a CPI de 1980, instalada na ALMG;

Os atentados e as atitudes práticas das autoridades revelaram não apenas indícios acerca dos interesses inconfessáveis envolvidos nos círculos governamentais e de certa intimidade nos órgãos públicos com grupos paramilitares de extrema direita, como também a cumplicidade das autoridades maiores do Estado com o crime de terrorismo e suas consequências em Minas Gerais.



NOTAS

1. BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.
2. ALMG. Relatório Final e materiais anexos da CPI instaurada pela ALMG em 1980, para averiguar "denúncias de omissão e desinteresse do Governo Estadual na apuração de atos de terrorismo praticados contra pessoas e entidades do Estado de Minas Gerais". Belo Horizonte, ALMG, 1980.
3. ALMG. Relatório Final e materiais anexos da CPI das bombas, instaurada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte em 1995, "com a finalidade de apurar a responsabilidade pelos atentados a bomba que vêm ocorrendo em nossa cidade". Belo Horizonte, Câmara Municipal, 1995.
4. ALMG. Relatório Final e materiais da CPI instaurada pela ALMG em 1998, para "apurar a destinação dos arquivos do Departamento de Ordem Pública e Social". Belo Horizonte, ALMG, 1998.
5. ALMG. Publicação lembrando 15 anos de encerramento da CPI instaurada em 1998 para "apurar a destinação dos arquivos do Departamento de Ordem Pública e Social". Belo Horizonte, ALMG, 2013.
6. GOULART, João Belchior Marques. *Discurso no comício da Central do Brasil*, em 13/03/1964. In: <http://www.institutojoaogoulart.org.br>
7. Essa periodização do regime militar se encontra proposta e justificada no ensaio ROCHA, Ronald. O golpe de 1964 e a transição restritiva. In: *Resistir Sempre – Ditadura Nunca Mais: 50 Anos do Golpe de 1964*. Belo Horizonte, Revista publicada pela ALMG, 2014, pp. 33 a 36.
8. ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MEMORIAL DA ANISTIA POLÍTICA DO BRASIL et al. *Abaixo-assinado*. Brasília, 2012, item 13.2.
9. GOVERNO MÉDICI. Diretriz Presidencial de Segurança Interna. Brasília, setembro de 1970.
10. DECKES, Flávio. *Radiografia do Terrorismo no Brasil 66/80*. São Paulo, Editora Ícone, 1985.
11. ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. Democratização e direitos humanos: compartilhando experiências da América Latina. In: REÁTEGUI, Félix (org.). *Justiça de transição – Manual para a América Latina*. Brasília / Nova Iorque, Comissão de Anistia / Ministério da Justiça / Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011, pp. 28 e 29.
12. GRUPO DE ESTUDOS JUSTIÇAS DE TRANSIÇÃO LATINO-AMERICANA E CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO. *Justiça de transição*. Belo Horizonte, ALMG, 2014, p. 12.
13. BAGGIO, Roberta Camineiro. Anistia e Reconhecimento: o processo de (dê)integração social da transição política brasileira. In: COMISSÃO DE ANISTIA, MINISTÉRIO DE JUSTIÇA, Brasil; CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS, UNIVERSIDADE DE OXFORD, REINO UNIDO. *A Anistia na Era da Responsabilização: o Brasil em Perspectiva Internacional e Comparada*. Brasília/ Oxford, Ministério da Justiça, Comissão de Anistia / Oxford University, 2013, pp. 260-261.
14. POMAR, Pedro Estevan da Rocha Pomar. *Massacre na Lapa – Como o Exército Liquidou o Comitê Central do PCdoB*. São Paulo, Editora Busca Vida Ltda., 1976.
15. MEYER, Emílio Peluso. A anistia após a Constituição de 1988: um conceito em disputa nos 50 anos do golpe. In: *Resistir Sempre – Ditadura Nunca Mais: 50 Anos do Golpe de 1964*. Belo Horizonte, ALMG, 2014, p. 38.
16. OLIVEIRA, Dante. *Proposta de Emenda Constitucional nº 5*. Brasília, 02/03/1983.
17. AZEVEDO, Débora Bithiah de; RABAT, Márcio Nuno. *Parlamento mutilado – Deputados federais cassados pela ditadura de 1964*. Brasília, Centro de Documentação e Informação / Edições Câmara, 2012.
18. MAGALHÃES, José Luiz Quadros. *Intervenção no ciclo de debates Resistir Sempre – Ditadura Nunca Mais: 50 Anos do Golpe de 1964*. ALMG. "Notas taquigráficas da 11ª Reunião Especial Ordinária na 17ª Legislatura". Belo Horizonte, ALMG, 1/4/2014, pp. 42-51.
19. GOVERNO CASTELO BRANCO. Ato Institucional nº 3. Brasília, 05/02/1966.
20. Em 06/07/1978, Ozanan Coelho, então vice-governador, assumiu o governo quando Aureliano Chaves se afastou do governo para concorrer, no Colégio Eleitoral, à Vice-Presidência da República na chapa do General João Baptista de Figueiredo. Ver: *Os governadores: história de Minas Gerais*. Jornal Hoje em Dia/ Governo de Minas Gerais; p. 215.
21. COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO RUBENS PAIVA. *Carta dos presos políticos do Barro Branco (São Paulo): a criação da memória coletiva*. São Paulo, Edição da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, s/d, p. 9.
22. BERNARDES, Antônio Luiz. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014.
23. DÂNGELO, José Geraldo. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014, pp. 45-46.
24. NAZARÉ, Bia et al. *Dossiê SHOW MEDICINA 1965*. Belo Horizonte, 2011.
25. DÂNGELO, José Geraldo. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014, pp. 45-46.
26. VIEIRA, César. *Correspondência eletrônica a Betinho Duarte*. Belo Horizonte, 28/09/2014.
27. ALMG. *Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte*. Anexo ao Relatório da CPI instalada em 1980, cit.
28. ALMG. *Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte*. Anexo ao Relatório da CPI instalada em 1980, cit..
29. ALMG. *Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte*. Anexo ao Relatório da CPI instalada em 1980, cit..
30. MELO, Washigton Tadeu de. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 1.
31. MELO, Washigton Tadeu de. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 1.
32. ALMG. *Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte*. Anexo ao Relatório da CPI instalada pela ALMG em 1980, cit..



33. ALMG. *Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte*. Anexo ao Relatório da CPI instalada pela ALMG em 1980, cit..
34. ALMG. *Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte*. Anexo ao Relatório da CPI instalada pela ALMG em 1980, cit..
35. GRECO, Helena. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 1.
36. GRECO, Helena. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 1.
37. ALMG. *Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte*. Anexo ao Relatório da CPI instalada pela ALMG em 1980, cit..
38. GRECO, Helena. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 1.
39. GRECO, Helena. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 1.
40. GRECO, Helena. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 2.
41. GRECO, Helena. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 2.
42. GUIMARÃES, Juarez Rocha. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014, pp. 11-12.
43. GUIMARÃES, Juarez Rocha. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014, pp. 11-12.
44. GUIMARÃES, Juarez Rocha. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014, pp. 12-14.
45. GUIMARÃES, Juarez Rocha. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014, pp. 12-14.
46. ALMG. *Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte*. Anexo ao Relatório da CPI instalada em 1980, cit..
47. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014, pp. 20-21.
48. ALMEIDA, Geraldo Magela. *Depoimento*. ALMG. "Relatório da CPI instalada pela ALMG em 1980", cit., fl. 01.
49. ALMG. Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte. Anexo ao Relatório da CPI instalada em 1980, cit..
50. JORNAL DOS BAIRROS. *Assalto*. Jornal dos Bairros, nº 67, 17/05/1979.
51. MARES GUIA, João Batista dos. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada pela ALMG em 1980, cit., fl. 1.
52. MARES GUIA, João Batista dos. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada pela ALMG em 1980, cit., pp. 2 e 3.
53. MARES GUIA, João Batista dos. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada pela ALMG em 1980, cit., pp. 2 e 3.
54. ALMG. Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte. Anexo ao Relatório da CPI instalada em 1980, cit..
55. ALMG. Relatório da CPI instalada pela ALMG em 1980, cit., fl.1.
56. ALMG. Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl.1.
57. GUIMARÃES, Juarez Rocha. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014, pp. 14-16.
58. GUIMARÃES, Juarez Rocha. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014, pp. 14-16.
59. ALMEIDA, Regina Maria Albino Andrade. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Belo horizonte, ALMG, 21/05/2014, pp. 42-43.
60. ALMG. Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte. Anexo ao Relatório da CPI instalada em 1980, cit..
61. VASCONCELOS, João Paulo Pires. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 1.
62. ALMG. Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte. Anexo ao Relatório da CPI instalada em 1980, cit..
63. ALMG. *Texto com Informações*. Anexo ao Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 1.
64. ALMG. *Texto com Informações*. Anexo ao Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 1.
65. VASCONCELOS, João Paulo Pires. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 2.
66. VASCONCELOS, João Paulo Pires. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 2.
67. ALMG. Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos em Belo Horizonte. Anexo ao Relatório da CPI instalada em 1980, cit..
68. DUARTE, Betinho. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014, p. 42.
69. DUARTE, Betinho. *Depoimento*. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014, p. 42.
70. ALMG. *Texto com Informações*. Anexo ao Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 1.
71. ALMG. *Texto com Informações*. Anexo ao Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 1.
72. ALMG. *Texto com Informações*. Anexo ao Relatório da CPI instalada em 1980, cit., fl. 2.
73. ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça: Inventário dos dossiês avulsos da série Movimentos Contestatórios*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2013 (2ª. ed.).



74. ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça: Inventário dos dossiês avulsos da série Movimentos Contestatórios*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2013 (2ª. edição), p. 64.
75. PACHECO, Elder. *Depoimento*. Notas taquigráficas da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 27/08/2014, p. 92.
76. VASCONCELOS, João Paulo Pires. *Depoimento*. ALMG. Relatório da CPI instalada pela ALMG em 1980, cit., fl. 1 e 2.
77. VASCONCELOS, João Paulo Pires. *Depoimento*. Relatório da CPI instalada pela ALMG em 1980, fl. 1 e 2.
78. DUARTE, Betinho. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014, p. 42.
79. DUARTE, Betinho. Declaração à assessoria da Covemg. Belo Horizonte, Covemg, 30/07/2014.
80. ESTADO DE MINAS. *Bomba na Assembleia: deputados exigem rigor nas investigações*. Belo Horizonte, 02/07/1983, pp. 1 e 3. DIÁRIO DE MINAS. *Assembleia sofre atentado à bomba e pede ao governo para apurar tudo*. Belo Horizonte, 02/07/1983, pp. 1-3.
81. ÂNGELO, Durval. *Intervenção inicial*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014, p. 2.
82. DUARTE, Betinho. Declaração à assessoria da Covemg. Belo Horizonte, Covemg, 30/07/2014.
83. ESTADO DE MINAS. *Bomba na Assembleia: deputados exigem rigor nas investigações*. Belo Horizonte, 02/07/1983, p. 1.
84. CASTRO, Célio de. Discurso publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília, abril de 1987.
85. CASTRO, Célio de. Discurso publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília, abril de 1987.
86. CASTRO, Célio de. Discurso publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília, abril de 1987.
87. CPIs da ALMG e da Câmara Municipal de Belo Horizonte, cit..
88. DUARTE, Betinho. Ofício a Santos Moreira, Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Câmara Municipal de Belo Horizonte, abril de 1995.
89. DUARTE, Betinho. Ofício a Santos Moreira, Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Câmara Municipal de Belo Horizonte, abril de 1995.
90. TOURINHO, Mário Genival. Entrevista. Jornal Em Tempo. TOURINHO, Mário Genival. *Depoimento*. : ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014.
91. MARES GUIA, João Batista dos. *Depoimento*. ALMG. Reunião de 04/09/1980 da CPI instalada em 1980, cit..
92. DUARTE, Betinho. Ofício a Santos Moreira, Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Câmara Municipal de Belo Horizonte, abril de 1995.
93. TOURINHO, Mário Genival. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014.
94. DUARTE, Betinho. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014.
95. VIEIRA, César. Correspondência eletrônica a Betinho Duarte. Belo Horizonte, 28/09/2014.
96. DUARTE, Betinho. Ofício a Santos Moreira, Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Câmara Municipal de Belo Horizonte, abril de 1995.
97. CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Relatório Final CPI das Bombas, cit.. Belo Horizonte, Câmara Municipal, 1995.
98. TOURINHO, Mário Genival. *Depoimento*. ALMG. Notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Belo Horizonte, ALMG, 21/05/2014.
99. OLIVEIRA CÉSAR, Emanuel de. Depoimento à Covemg em 30/03/2017. Belo Horizonte, Covemg, 2017.
100. DUARTE, Betinho (Coord.). *Estamos vivos. A volta será pior – O DNA do terrorismo de Direita em Minas Gerais*. Belo Horizonte, S/E, 2015, p. 20.
101. OLIVEIRA CÉSAR, Emanuel de. Depoimento à Covemg em 30/03/2017. Belo Horizonte, Covemg, 2017.
102. OLIVEIRA CÉSAR, Emanuel de. Depoimento à Covemg em 30/03/2017. Belo Horizonte, Covemg, 2017.
103. JORNAL HOJE EM DIA. Belo Horizonte, 19/03/1995.
104. JORNAL ESTADO DE MINAS. Policiais-terroristas serviram à ditadura militar. Belo Horizonte, 15/03/1995. (espaçamento)
105. BERNARDES, Luiz Carlos. Programa Jornal da Rede Cidade. Belo Horizonte, TV Bandeirantes, 21/03/1995.
106. CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. *Relatório Final CPI das Bombas*, cit.. Belo Horizonte, Câmara Municipal, 1995.